

OS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES COMO FORMA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: CONTEXTO, MODELOS, TENDÊNCIAS

Autoras:

LUIZA OLIVIA LACERDA RAMOS

ramosluiza@gmail.com

Bolsista CAPES, Universidade Federal da Bahia - UFBA

ROSILDA ARRUDA FERREIRA

rosilda.arruda@gmail.com

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar os Bacharelados Interdisciplinares como uma das mais atuais formas de acesso aos cursos de graduação do ensino superior em universidades federais do Brasil. A abordagem ao tema fez-se, em primeiro lugar, a partir da revisão de literatura, por meio da análise de diferentes autores que trabalham com a temática, como também da legislação pertinente e documentos oficiais que orientam esse tipo de curso. A organização do texto inclui dois subtópicos. O primeiro trata sobre as últimas transformações na educação superior do Brasil iniciadas no contexto da segunda metade dos anos de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com desdobramentos posteriores nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007) e Dilma Rousseff (2008-atual), sobretudo o projeto da chamada Universidade Nova e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que se constituem nas manifestações mais claras do reordenamento desse nível de ensino. No segundo tópico analisam-se a implantação dos Bacharelados Interdisciplinares em universidades federais brasileiras, destacando o cenário e o contexto em que foram implantados, bem como os elementos centrais que caracterizam os diversos modelos. Finalmente, são destacadas tendências dessa modalidade que visa promover o desenvolvimento integral do estudante na atualidade.

Palavras-chaves: Bacharelado Interdisciplinar; Educação Superior; Universidade; Graduação.

Introdução

Os primeiros passos do ensino superior no Brasil foram marcados por dois contextos importantes. Primeiramente, seu caráter tardio, pois somente em 1808 as primeiras

instituições foram criadas e, quase um século depois, as primeiras universidades. O segundo contexto é que este desenvolvimento se sucedeu sob a supremacia do sistema de ensino privado. Somado a isso, as primeiras universidades brasileiras tomaram como base as referências alemã e francesa de ensino. A primeira, projetada por Humboldt, pautada no ensino e na pesquisa buscando ser um núcleo central de desenvolvimento intelectual e formação de elites e a segunda enfatizando a formação de profissionais para o mercado de trabalho e as atividades públicas.

Com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 4.024, de 1961, ao tempo que propõe certa flexibilidade no ensino superior reforça, na prática, o modelo tradicional vigente, mantendo as cátedras vitalícias e a supremacia do ensino sobre a pesquisa. Passados dez anos, o sistema universitário estadunidense passa a ser também referência no Brasil para as reformas em prol da modernização do país, demarcadas tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 1971, como na LDB nº 9.394, de 1996.

Ao longo deste tempo, o número de universidades brasileiras cresceu consideravelmente. Dados de 2013, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, revelam o número de universidades passam de 135, em 1995, para 190, em 2011, entre capital e interior. Nesta realidade, a região Centro-Oeste conta com 13 universidades; a região Norte, com 15; a Região Nordeste, com 36; a Região Sul com 46 e a região Sudeste com 80. O período em pauta compreende uma linha do tempo que atravessa, principalmente, os períodos entre 1995-2002 e 2003-2010 que, apresenta como uma das principais metas governamentais, o aumento do número de vagas nas universidades públicas federais.

Nesse contexto, significativas transformações na educação superior do Brasil são iniciadas no contexto da segunda metade dos anos de 1990 até o momento atual. Um destaque pode ser dado para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) como uma expressiva manifestação de reestruturação desse nível de ensino tendo como marco a implantação dos Bacharelados Interdisciplinares nas universidades federais brasileiras.

O contexto das últimas transformações na educação superior do Brasil

Como dito, a educação superior brasileira e em especial, as universidades, têm passado recentemente por um considerável reordenamento a partir de mudanças implantadas inicialmente na década de 1990, ampliadas pelo governo seguinte no período de 1995-2003, aprofundado entre 2004-2011 e alargado no atual governo federal de 2011 à atualidade.

Estudos de Araujo e Polidori (2012) ressaltam que, a partir da década de 1990, o domínio internacional da concepção de educação superior foi de caráter neoliberal, com sua gênese nas orientações advindas do Banco Mundial e do FMI, que anunciavam um modelo de

universidade voltada para o mercado, eficiente e racional. Neste entendimento, o modelo de universidade apoiado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se apresentaria muito oneroso para o Estado, especialmente em países em desenvolvimento, inviabilizando sua manutenção a médio e longo prazo. (Catani & Oliveira, 2000; Sguissardi & Amaral, 2000; Sguissardi & Silva, 2001). A orientação válida era pela criação de instituições com foco no ensino. A partir de 1995 o Brasil adota essa concepção quando se fez firme a presença de orientações dos organismos internacionais no ensino superior do país em inúmeros aspectos, dentre eles as orientações para o desenvolvimento de IES eficientes, empreendedoras e sustentáveis (Araujo & Polidori, 2012).

Em 2007, a Presidência da República institui o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que propõe como um dos principais objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Para isto, se configura o Reuni, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Este Programa tem como foco a “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (Art. 1º, § 1º).

Interessante ressaltar, das diretrizes deste plano as seguintes:

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltada à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Tais diretrizes, focadas na ampliação de oferta e mobilidade dos estudantes, na reestruturação acadêmico-curricular, na renovação pedagógica e no suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo consistem, na percepção de Araujo e Polidori (2012), uma alternativa para lidar com o fenômeno da expansão, por meio da democratização do acesso ao ensino superior.

Essa democratização é demarcada pelo conceito de redistribuição indireta de renda representando a integração de uma fatia da população historicamente excluída da educação superior: a de baixa renda oriunda de escolas públicas e populações negras e indígenas.

Neste contexto, o Reuni por um lado é defendido especialmente pela possibilidade de melhor desenvolver atividades acadêmicas notadamente àquelas relacionadas à mobilidade, atualização na composição curricular, e novas modalidades de graduação. Do outro, é criticado pela subserviência das universidades ao governo federal, à qualidade da produção científica e o incremento na graduação em detrimento da pesquisa e da extensão. Além disso, o baixo repasse que o governo federal prevê para esta reestruturação, acarreta em implantações de laboratórios e bibliotecas, por exemplo, sem a devida infraestrutura nem manutenção.

Mesmo com isto, este programa tem sido um dos instrumentos para a operacionalização das novas diretrizes na universidade pública com uma franca adesão. Reportagens divulgadas pelo Ministério da Educação (MEC), em 2007, anunciam que a adesão pelas instituições federais de educação ao Reuni chegou a quase 100% ainda em 2007, ano da sua implantação. Segundo Bastos (2007), esse programa, inscrito na reforma brasileira, compromete-se em voltar-se para aspectos das políticas de democratização do acesso e de assistência estudantil; aos programas de ações afirmativas e à inclusão social, que devem atender ou superar as “condições históricas, culturais e educacionais dos diversos segmentos sociais do país” (Bastos, 2007).

Relativo à inclusão da UFBA ao Reuni, seu foco consistiu na reorganização dos cursos de graduação, tendo a flexibilidade e interdisciplinaridade como princípios norteadores básicos dos novos currículos. Nesse contexto, são concebidos os Bacharelados Interdisciplinares como uma possibilidade de renovação curricular da UFBA fruto dessa política de expansão e modernização das universidades públicas.

A Universidade Nova e os Bacharelados Interdisciplinares

Ao aderir ao Reuni, a UFBA cria seu próprio modelo de reestruturação e o denomina de Programa UFBA Universidade Nova, no qual alarga a oferta de cursos de graduação e desencadeia uma reorganização curricular com as seguintes modalidades: CPL (Curso de Progressão Linear), CST (Cursos Superiores de Tecnologia) e o BI (Bacharelado Interdisciplinar).

O CPL consiste no modelo tradicionalmente ofertado nas modalidades licenciatura, bacharelado e formação profissional. As opções de curso estão agrupadas em cinco grandes áreas de conhecimento. Os grupos A.1 e A.2 consistem nos cursos relativos à grande área de Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia; o grupo B reúne cursos da área das Ciências Biológicas e Profissões da Saúde; o grupo C à área de Filosofia e Ciências Humanas; o D aos cursos relativos à área de Letras e o grupo E, Artes.

Os Cursos Superiores de Tecnologia, CST destinam-se à formação de profissionais que atendam aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, em consonância com a legislação federal específica.

Ao optar por um dos cursos do CPL ou CST e sendo aprovado, o candidato terá acesso direto, e fará um único trajeto curricular desenhado previamente até a obtenção do diploma.

O Bacharelado Interdisciplinar é, em síntese, destinado “à formação geral humanística, científica e artística, com currículo flexível e articulado, possibilitando também o aprofundamento num dado campo do conhecimento que estão agrupados em quatro grandes áreas” (UFBA, 2008), a saber, Artes, Ciência e Tecnologia, Humanidades e Saúde.

O seu caráter é terminal, podendo o Bacharel exercer determinadas funções de nível superior no mercado de trabalho. Se preferir, porém, prosseguirá seus estudos em outros cursos de Bacharelado, Licenciatura ou formação profissional cujo ingresso está regulamentado na Resolução 06, de 2011, do Conselho Acadêmico de Ensino, o CAE.

Conforme Almeida Filho (2008), a transformação da atual arquitetura acadêmica implica, dentre outros, nos seguintes desdobramentos:

introduzir na educação superior temas relevantes da cultura contemporânea o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural; Dotar a educação superior de maior mobilidade, flexibilidade, eficiência e qualidade visando à compatibilização com as demandas e modelo de educação superior do mundo contemporâneo (Almeida Filho, 2008, p. 142).

Nesta direção, a fundamental mudança foi a implantação do regime de ciclos de educação reorganizando a trajetória acadêmica dos estudantes a saber: “Primeiro Ciclo: Bacharelados Interdisciplinares (BI), propiciando formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos seguintes; Segundo Ciclo: Formação profissional em licenciaturas ou carreiras específicas; Terceiro Ciclo: Formação acadêmica, científica ou artística, de pós-graduação” (UFBA, 2008 p. 28).

Destaca-se que o regimento de ciclos não é de caráter inovador, uma vez que o próprio Anísio Teixeira ao propor a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1934, e depois com Darcy Ribeiro que recriou o modelo na Universidade de Brasília (UnB), em 1961, já o haviam anunciado no Brasil.

Contudo, na atualidade, esse regime implicou um profundo reordenamento da estrutura curricular, especialmente dos cursos de formação profissional. Por ele, novas modalidades de processo seletivo foram implementadas, tanto para o primeiro ciclo quanto para as opções de continuidade dos estudos na universidade. Uma das justificativas para esta iniciativa assenta-se nas possibilidades e modos de inserção esperadas dos egressos do ensino superior no mercado de trabalho.

Aprofundemos o modelo proposto para o primeiro ciclo de formação que, considerando os Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares, são “programas de formação em nível de graduação de natureza geral, que conduzem a diploma, organizados por grandes áreas do conhecimento” (Brasil, 2008, p.4).

Esse mesmo documento, afirma, que esses programas se caracterizam por uma formação baseada na interdisciplinaridade, que prevê o diálogo entre as áreas de conhecimento e os componentes curriculares na perspectiva de uma alta flexibilização curricular associada à prática integrada da pesquisa e extensão articuladas ao currículo. Além da defesa à mobilidade acadêmica e incentivo ao intercâmbio interinstitucional há oportunidade do estudante em desenvolver vivências nas áreas artística, humanística, científica e tecnológica.

Posto isso, ficam demarcadas duas perspectivas no acesso do estudante à universidade: (i) o investimento na formação geral alicerçado na multiplicidade cultural nas mais variadas áreas, quer seja artística, humanística ou tecnológica, ao tempo em que o aluno se familiariza com o leque de possibilidades e ofertas da educação superior e (ii) na intenção pedagógica que investe na postura flexível do estudante voltada para o desenvolvimento de práticas interdisciplinares.

Nesta direção, os mesmos Referenciais asseveram que os BI's devem se constituir considerando as seguintes competências gerais:

capacidade de identificar e resolver problemas, enfrentar desafios e responder a novas demandas da sociedade contemporânea; [...]; capacidade de atuar em áreas de fronteira e interfaces de diferentes disciplinas e campos de saber; atitude investigativa, de prospecção, de busca e produção do conhecimento; capacidade de trabalho em equipe e em redes; [...]; capacidade de tomar decisões em cenários de imprecisões e incertezas; [...]; capacidade de utilizar novas tecnologias que formam a base das atividades profissionais; capacidade de empreendedorismo nos setores público, privado e terceiro setor (Brasil, 2008, p.5).

Tais competências são decorrentes das originárias competências presentes no Projeto Alfa Tuning para a América Latina. Inspirada no Projeto Tuning do Processo de Bolonha, esta proposta intercontinental tem se apoiado também nos aportes acadêmicos europeus. O objetivo geral do projeto é contribuir com a construção de um espaço de educação superior na América Latina a partir da convergência curricular. Portanto, ambos aspiram uma mudança em relação às políticas ligadas ao ensino superior dos países envolvidos e procuram estabelecer uma área comum de educação superior, a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas de seus sistemas de ensino.

Evidente então que este modelo aposta em novas formas de aprendizagem e de relação, produção, gestão e aplicação do conhecimento. No Projeto Pedagógico Geral da UFBA, o objetivo da proposta consiste em:

implantar uma modalidade de curso de graduação que se caracteriza por agregar uma formação geral humanística, científica e artística ao aprofundamento num dado campo do saber, promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitarão ao egresso a aquisição de ferramentas cognitivas que conferem autonomia para a aprendizagem ao longo da vida bem como uma inserção mais plena na vida social, em todas as suas dimensões (UFBA, 2008, p. 12).

Para agregar esta formação humanística, científica e artística são estabelecidos cinco princípios norteadores que orientam a construção dos currículos específicos nas quatro grandes áreas que são: autonomia, flexibilidade, articulação, atualização e inclusão das três culturas.



Figura 1: Estrutura conceitual do Bacharelado Interdisciplinar da UFBA

Nesta proposta, os estudantes participam desde o primeiro semestre da diversidade cultural que a universidade comporta em seu conjunto, decorrente de suas histórias de vida, bem como, dos fundamentos e filosofias defendidos por cada grande área. Se assim optar é possível percorrer as mais diversas Unidades de Ensino tais como Institutos Básicos como o de Geociências, o de Letras e o de Ciências da Saúde, passar por Faculdades, como as de Odontologia, Ciências Contábeis, Arquitetura, frequentar Escolas profissionalizantes, como a Politécnica e as de Enfermagem, Teatro e Administração. À medida que interage com os múltiplos saberes e experiências desses institutos, amadurece suas escolhas profissionais definindo melhor sua carreira.

O quadro seguinte demonstra a proposta de distribuição dos componentes curriculares do BI nas Unidades Universitárias, nas suas duas etapas: de formação geral e formação específica e um eixo integrador.

ETAPA	EIXO	MÓDULO	COMPONENTE CURRICULAR	C.H.
FORMAÇÃO GERAL	LINGUAGENS	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa, Poder e Diversidade	68
			Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa	68
			Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos	68
		Língua Estrangeira	Inglês/Francês/Espanhol/Alemão/Italiano	livre
		Linguagens Matemáticas	(elenco de disciplinas)	livre
		Linguagens Artísticas	Obrigatória p/ Artes e facultativa p/ as demais áreas.	livre
	INTER-DISCIPLINAR	Estudos sobre a Contemporaneidade	Dois componentes de 68 h	136
		Formação nas Três Culturas	Cultura Artística	238
			Cultura Humanística	
	Cultura Científica			
SUBTOTAL DE FORMAÇÃO GERAL				Mínimo: 500 horas
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	EIXO ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	Oficinas de orientação de carreiras e/ou apresentação de áreas		livre
		Grande Área	Min.	
	EIXO ESPECÍFICO	Área de Concentração	1.200	
EIXO INTEGRADOR			Atividades Complementares	100
CARGA HORÁRIA TOTAL				2.400

Quadro 1 - Distribuição dos componentes curriculares do BI nas Unidades Universitárias

Como visto, a estrutura curricular consiste em duas etapas (i) de formação geral e específica que se complementam; (ii) e um eixo integrador. A etapa de formação geral se desdobra em dois grandes eixos, o das linguagens e o interdisciplinar. Esse último se apresenta por dois componentes curriculares denominados Estudos sobre a Contemporaneidade I e II. Segundo seus projetos pedagógicos esses componentes curriculares são obrigatórios para todos os quatro Bacharelados Interdisciplinares e neles se discutem temas que “abranjem questões importantes para a sociedade, com repercussão nos mais diversos campos de atuação profissional” (UFBA, 2008). A metodologia adotada para esses componentes inclui “aulas semanais em classe e também troca de informações, debates via internet e aulas abertas” (UFBA, 2008) a partir das seguintes ementas, respectivamente:

Estudos sobre a Contemporaneidade I

Estudo abrangente das sociedades contemporâneas, na relação mundo-Brasil, na sua diversidade, globalidade e sustentabilidade, identificando suas origens históricas, bem como estruturas práticas e simbólicas, contemplando interpretações dos diferentes saberes. Estudo do modo como se estruturam e desenvolvem tais

unidades sociais em seus vínculos com o Estado, a cultura e os indivíduos, com destaque para as formas de organização do trabalho. Estudo dos processos psíquicos e psicossociais que estruturam e organizam a singularidade de cada sujeito, compreendendo como tais processos afetam sua construção de significados, sua relação com os outros e sua ação sobre o mundo.

Estudos sobre a Contemporaneidade II

Estudo panorâmico das sociedades contemporâneas, na sua diversidade, globalidade e sustentabilidade, identificando suas origens históricas e estruturas simbólicas, contemplando interpretações dos diferentes saberes. Estudo do modo como se estruturam e desenvolvem tais unidades sociais em seus vínculos com o Estado, a cultura e os indivíduos, com destaque para as formas de organização do trabalho. Estudo dos processos psíquicos e psicossociais que estruturam e organizam a singularidade de cada sujeito, compreendendo como tais processos afetam sua construção de significados, sua relação com os outros e sua ação sobre o mundo (UFBA, 2008).

Ainda neste mesmo eixo interdisciplinar, apresenta-se o eixo formação nas três culturas. De acordo com o projeto pedagógico dos cursos, o módulo das culturas é constituído por componentes curriculares optativos, ou por componentes curriculares das demais unidades da UFBA, os quais poderão ser classificados enquanto Cultura Artística, Científica ou Humanística.

Considerações Finais

O Bacharelado Interdisciplinar consiste numa forma de acesso ao ensino superior mais democrático e aberto. Nesta modalidade de ingresso o estudante poderá decidir em tempos mais largos e com mais amadurecimento sua profissão, experimentando, das diversas áreas do conhecimento e dos saberes.

Ao mesmo tempo este ingresso permite também uma formação inicial mais abrangente a partir do estudo das culturas, linguagens e temas interdisciplinares uma vez que grandes temas emergentes da sociedade contemporânea, tais como sustentabilidade, desigualdades sociais, tecnologia estão à disposição dos estudantes com o fim de ampliar sua visão de mundo e de sociedade.

Flexibilização curricular, interdisciplinaridade e valorização do trabalho em equipe são princípios que se destacam como essenciais na determinação do perfil do egresso do curso. Além disso, trabalho em equipe, postura ética, flexibilidade profissional, capacidade para

gerir problemas e empreendedorismo são características desenvolvidas, por um lado, e exigências profissionais, por outro.

Na esteira dessas reflexões, cabe destacar que ainda é nebuloso compreender como o mercado tem absorvido estes egressos de formação profissional generalista, que segundos os respectivos projetos das grandes áreas estão aptos a atuarem em diversos setores do mercado como organizações públicas, no terceiro setor e até mesmo como professores (fazendo a devida complementação nas licenciaturas). A questão da certificação, do diploma e da inserção profissional do aluno no mundo do trabalho são questões importantes, tanto para o aluno, como para a relação que se impõe entre educação superior de um país e o seu projeto de desenvolvimento. Depois de diplomado em Bacharel em (Humanidades, Artes, Ciência ou Tecnologia) o que fará o aluno? Qual será o destino destes estudantes? Com as primeiras turmas formadas, ainda há debates contra e a favor desse modelo implantado na UFBA.

Posto isto, é cuidadoso ressaltar que este modelo não se configura como uma receita pronta e ideal para enfrentar os desafios da disciplinarização e compartimentalização que ainda persistem no ensino brasileiro, bem como a complexa questão relativa à melhoria da qualidade da educação superior no país. Mesmo assim, o futuro dos Bacharelados Interdisciplinares está cada vez mais se definindo como um possível modelo eficaz no desenvolvimento do primeiro ciclo universitário no Brasil. Os resultados apontam para a implantação, em inúmeras universidades brasileiras, anunciando novas práticas e novos sentidos para elas.

Referências

- Almeida Filho, N. de e Santos, B. de S. (2008). *A Universidade no Século XXI: para uma universidade Nova*. Coimbra: Almedina, 107-257.
- Araujo, C. e Polidori, M. M. (2012). *Análise dos sistemas de educação superior no Brasil e em Portugal: o que apontam as políticas educacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS: Editora Universitária Metodista, IPA.
- Bastos, C.C.B.C. (2008). *O processo de Bolonha no espaço europeu e a reforma universitária brasileira*. *The Bologna process in the european space and the brazilian higher education reform*. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 9, p. 95-106, nov. ISSN 1676-2592. Recuperado de <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/1703>
- Brasil. (2008). Ministério da Educação; Secretaria de Educação Superior. *Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares*. Recuperado de http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20bacharelados%20interdisciplinares%20referenciais%20orientadores%20novembro_2010%20brasil.pdf.
- Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. (2007). Institui o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da

- União. Recuperado em 13 de agosto, 2015, de
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato20072010/2007/Decreto/D6096.htm
- Catani, A. F. e Oliveira, J. (2000). *Reestruturação da Educação Superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação*. Revista Portuguesa de Educação, Braga. V. 13, n. 2. Recuperado de
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37413203>
- Catani, A. M.; Hey, A. P. e Gilioli, R. S. P. (2006). *PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior?* Educar em Revista, Curitiba, n. 28, p. 125-140.
- Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Recuperado em em 13 julho 2015, de
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm
- Neves, C. E. B.; Raizer, L. e Fachinetto, R. F. (2007). *Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira*. Sociologias, Porto Alegre, n. 17, p. 124-157, jan./jun.
- Sguissardi, V. e Amaral, N. (2000). *O Banco Mundial revisão de posições: quem há de pagar a conta*. Perspectiva. Florianópolis. V. 18. N. 33, p. 65-76, jan./jun.
- Sguissardi, V. e Silva, Jr. J. R. (2005). *Educação Brasileira no século XXI: Entre a cultura do medo e a busca da Liberdade*. Impulso: Piracicaba. Recuperado em 10 de Agosto, 2015 de <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp40Apres.pdf>
- UFBA. (2008). *Projeto Pedagógico dos Bacharelados Interdisciplinares*. Recuperado em 20 de agosto de 2015, de
<http://www.listas.ufba.br/pipermail/bibliotecariosl/attachments/20091124/0d2fe7a1/attachment-0017.pdf>.